
CARTA FINAL DA 49ª ASSEMBLEIA DOS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA

Senhores Autoridades,

Nós, lideranças das 160 comunidades indígenas, dos Povos Macuxi, Wapichana, Wai Wai, Yanomami, Patamona, Saporá, Ingarikó Taurepang, pertencentes às regiões: Amajari, Baixo Cotingo, Murupu, Tabaió, Raposa, Serras, Serra da Lua, Surumu, Ingariko, Wai Wai, Alto Cauamé, e Yanomami, membros do Conselho Indígena de Roraima – CIR, com a participação das organizações indígenas Hutukara Associação Yanomami- HAY, Organização das Mulheres Indígenas – OMIR, Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIR, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Conselho Indígena do povo Mura - CIM, instituições públicas e privadas, autoridades públicas, totalizando o número de 1.600 presentes na 49ª. Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Estado de Roraima sob o tema **“Marchando a Passos Firmes: pela efetivação dos nossos Direitos Originários, Constitucionais, nos Tratados e nas Convenções Internacionais”**, ocorrida no Centro Regional Lago Caracaranã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol-RR, nos dias 11 a 14 de março de 2020. Após ampla discussão, avaliação, questionamentos sobre a situação dos Povos Indígenas no Estado de Roraima, vimos apresentar nossas demandas e reivindicar junto ao Estado Brasileiro:

1. O cenário de incitação ao ódio, racismo, discriminação, preconceito e de extrema violência que se implantou neste País contra os povos indígenas têm nos preocupado. Lembrando-nos dos tempos de extermínio e colonização que sofremos há 520 anos. É urgente que o Estado, a sociedade Brasileira e o Mundo nos ouça e respeite nossa existência. Ao mesmo tempo refletimos sobre a conquista dos nossos direitos territoriais e de outros direitos coletivos nesses 49 anos de realização de nossa Assembleia;
2. Com o alto índice das invasões, nos solidarizamos com nossos parentes Yanomamis e Yekuana que estão sendo dizimados com a entrada de centenas e permanência de 20 mil de garimpeiros na T.I Yanomami. Conforme a Fundação Osvaldo Cruz(Fiocruz), o povo Yanomami já está contaminado com o mercúrio utilizado no garimpo ilegal;
3. Depois da TI Yanomami, o garimpo ilegal se alastra em várias terras indígenas do Estado, como a terra indígena Raposa Serra do Sol, nas áreas Raposa II, Wixi, Araçá da Serra, Mari Mari, Rio Kinor, Rio Maú, Mero, Mato Grosso, Mutum, Água Fria, Caju, Serra Verde, Flexal, Mina Seca, Rio Cotingo, na Terra Indígena Araçá, na região do Amajari, Terra Indígena Boqueirão, região do Tabaió e na Terra Indígena Wai-Wai. Essas atividades criminosas estão causando graves problemas, como a entrada de pessoas estranhas, poluição de rios, lagos e igarapés;
4. O Governo brasileiro ameaça a Amazônia com seu projeto econômico voltado para exploração dos recursos hídricos. Temos um exemplo de que grandes projetos só deixam destruições, com danos irreversíveis, como a Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, onde até

hoje, os povos indígenas daquela região sofrem com os impactos sociais. Por isso somos contra a construção de Hidreletricas em nossas terras, previstas nos planos do Governo, como a Cachoeira do Tamanduá no rio Cotingo, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol e Hidrelétrica do “Bem Querer” no Rio Branco. O projeto de Bem Querer, conforme os dados do próprio Governo, afetará 09 terras indígenas da região Serra da Lua, onde moram a população de nove mil indígenas.

5. É visível a ação do Governo de enfraquecer as instituições públicas de promoção dos direitos dos povos indígenas através dos órgãos indigenistas como a FUNAI e a SESAI, principais interlocutoras dos povos no Estado brasileiro. A implantação ideológica e de regime ditatorial do Governo reflete em instituições sem estrutura operacional e submissa as suas ordens.
6. Somos contra a tentativa de arrendamentos e implantação do agronegócio, exploração mineral e hidrelétricas nas nossas terras indígenas, através do PL 191/2020, PEC 187/2016, PEC 343/2017, PEC 215/2000, 1610/96, PDL 28/2019, PDC 2540/2006 e outras que tramitam no Congresso Nacional. Essas propostas visam atender apenas interesses de grandes empresários;
7. Manifestamos nosso apoio irrestrito a Deputada Federal JOENIA WAPICHANA, que é nossa representante legítima e tem a nossa confiança. Reconhecemos o seu primeiro ano de mandato na Câmara Federal, com resultados positivos e atuando em defesa dos direitos dos povos indígenas. É a nossa voz indígena no Congresso Nacional.
8. O atendimento às escolas indígenas é um descaso total, precária e sem apoio adequado do Governo para o seu funcionamento. O atraso do ano letivo prejudica 14 mil alunos indígenas, por falta de professores, transporte escolar e outras necessidades. Um dos principais motivos desse descaso é a falta de realização do Curso Público Específico e Diferenciado para Professores Indígenas, prometido pelo Governo, porém, até a presente data, não foi realizado.
9. Na saúde indígena enfrentamos na prática a ingerência política do Governo. Há um total desrespeito à autonomia das comunidades indígenas de indicarem os seus representantes para cargos de gestão dos Distritos Sanitários Especiais, especificamente, no Distrito Leste de Roraima.
10. O nosso meio ambiente e recursos naturais estão sendo poluídos pelo aumento dos lixões nos municípios de Pacaraima e Uiramutã, uma das principais causas desse aumento tem sido as invasões no entorno e nas terras indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol.
11. Reivindicamos respeito ao Protocolo de Consulta do povo indígena Waimiri Atroari que tem a situação do Linhão de Tucurí sub-judíce. Que o governo não pressione sob qualquer pretexto para acelerar o andamento da obra. E que também haja respeito a forma de acesso estabelecido entre o Estado brasileiro e os próprios indígenas que utilizam proteção de acesso ao estado do Amazonas via BR 174;

REIVENDICAMOS:

I. Educação Escolar Indígena e Formação Superior

- Que os municípios de Bonfim, Normandia, Cantá, Uiramutã, Amajari, Pacaraima, Boa Vista, Alto Alegre, Rorainópolis e Caroebe realizem concurso público diferenciado para professores indígenas e demais profissionais da educação;
- Que as Prefeituras e o Governo do estado agilizem as construções, reformas e ampliação das escolas, e dotar de equipamentos e estrutura adequada conforme a especificidade de cada região e povo, conforme documentos encaminhados das assembleias indígenas;
- Que o Governo do estado priorize a realização do concurso público específico e diferenciado para os professores indígenas;
- Que o MPF e MPE investigue o uso dos transportes escolares utilizados nas escolas indígenas, algumas vezes funcionando de forma irregular e sem a devida proteção e segurança;
- Que as escolas indígenas do ensino infantil dos municípios de Uiramutã Pacaraima, Amajari, Normandia, Bonfim, Cantá, Boa Vista, Alto Alegre, Caroebe, Rorainópolis sejam adequadas para atender as crianças;
- Que a Secretaria Estadual de educação e dos Municípios respeitem os calendários das escolas indígenas;
- Que SEED atenda as escolas indígenas que ainda não foram contempladas com o transporte escolar conforme documentos das regiões;
- Que os transportes escolares destinados às comunidades sejam de acordo com a realidade das regiões, sendo veículos novos e com documentação regular, além de motoristas habilitados e com cursos específicos para exercer com segurança os serviços no transporte dos alunos;
- Que as Unidades de Ensino Superior (UFRR, IFRR, UERR, Faculdade Clarentiano), garantam a continuidade das bolsas de estudos aos acadêmicos indígenas;
- Que a Universidade Federal de Roraima contemple no PSEI vagas para o curso de Enfermagem;
- Que o Governo não implante o ensino cívico-militar nas escolas indígenas;
- Que não seja feita a municipalização das escolas indígenas municipais do ensino fundamental I e II.
- Que haja efetividade nas ações para a construção e reforma dos prédios das Escolas Indígenas, conforme pactuado com as regiões;

-
- Que o estado institua uma secretaria de educação escolar indígena com seu quadro de profissionais próprios indicados pelas assembleias indígenas;
 - Que o ano letivo seja iniciado com todos os recursos efetivos da educação escolar (recursos humanos, recursos alimentícios, financeiros e recurso de transporte);
 - Que a matriz curricular escolar indígena seja mantida conforme aprovada em 2013.
 - Que seja contratado professor auxiliar para os alunos especiais (PNS) e para salas multifuncionais;
 - Que seja feita a contratação de coordenador pedagógico com escolas acima de 100 alunos;
 - Que o Prefeitura Municipal de Caroebe garanta recurso para construir escolas mobiliadas nas comunidades indígena Jatapuzinho, Makará, Cobra, Catual Samaúma, da T.I Trombetas Mapuera e da mesma forma o Município de São Luiz do Anauá construa as escolas na Comunidade Anauá e Xaary da T.Indígena Wai Wai;
 - Que o governo do estado e prefeituras garantam transporte para levar material escolar às comunidades de difícil acesso;
 - Criar curso de mestrado específico e diferenciado para os professores indígenas no Instituto Insikiran/UFRR;

II. Vigilância, Fiscalização e Proteção das terras indígenas

- Que o MPF, PF, IBAMA, Exército fechem o garimpo ilegal que estão sendo instalados nas terras indígenas, e façam investigação para identificar os responsáveis dos maquinários, veículos e moinhos, e posteriormente serem punidos conforme as Leis.
- Que o Presidente da Câmara Federal, Excelentíssimo Sr. Rodrigo Maia, cumpra com o seu posicionamento de não tramitar o PL 191/2020 no Congresso Nacional, conforme já declarado em audiência com lideranças indígenas no dia 18 de fevereiro na Câmara dos Deputados.
- Que seja respeitada a nossa organização social, especialmente os Regimentos das comunidades e os Protocolos de Consulta dos povos indígenas Waimiri Atroari e Wapichana e Macuxi, da região Serra da Lua. Esses documentos foram elaborados pelas comunidades indígenas e são leis indígenas que precisam ser respeitados pelo Estado brasileiro.
- Que obras como pavimentação, reforma e ampliação de BRs e RRs, como a 401, 174 e qualquer Rodovia que passa nas terras indígenas seja feito de acordo com o protocolo de consulta, ou as decisões das próprias comunidades indígenas;
- Que a FUNAI compre drone e capacite os agentes de proteção territorial para utilização desses equipamentos com objetivo de ajudar na vigilância e monitoramento das terras indígenas;
- Que a FUNAI faça um levantamento geral da situação fundiária no Estado de Roraima para constar os não índios ocupantes que ainda permanecem nas terras indígenas, em especial

aos que se justificam em casamentos com indígenas, mas não respeitam os direitos indígenas e nem a forma de organização da comunidade;

- Que o MPF e FUNAI encaminhe requerimento de informação às prefeituras de Normandia, Pacaraima, Uiramutã, Bonfim, Cantá, Boa Vista, Amajari, Alto Alegre e a empresa Roraima Energia esclarecendo a cobrança do aumento abusivo da taxa de iluminação pública nas comunidades indígenas, sem a prestação desse serviço. E que seja tomada as devidas providencias legais;
- Que o DNIT faça as sinalizações das BRs e RRs que atravessam e margeiam as terras indígenas para coibir o tráfego em alta velocidade de veículos.
- Que o Exército, FUNAI e Policia Federal façam fiscalização permanente nas rodovias, BRs e nas fronteiras em parceria com os agentes de proteção territorial (GPVIT) das regiões para coibir a entrada de pescadores, pessoas não autorizadas, turistas e traficantes;
- Que as Prefeituras de Normandia, Pacaraima, Bonfim, Cantá, Amajari, Uiramutã, assim como as Instituições públicas e o Governo do Estado, apliquem as emendas parlamentares destinada pela Deputada Federal Joenia Wapichana conforme o planejamento encaminhado pelas regiões.
- Que a Deputada Federal Joenia Wapichana viabilize o reconhecimento do Grupo de Proteção e Vigilância dos Territórios Indígenas(GPVIT) que já atuam nas terras indígenas em Roraima. Além disso, articule apoio para condições necessárias de atuação na fiscalização e monitoramento dos territórios.

III. Saúde indígena e fortalecimento da medicina tradicional

- Que o Distrito leste de Roraima atenda as reivindicações da I Assembleia Estadual da Saúde indígena;
- Que o governo não faça a municipalização da saúde indígena, por razões óbvias que os municípios não têm estrutura suficiente para atender a demanda dos povos indígenas;
- Que a SESAI, retome com as capacitações continuada aos agentes indígenas de saúde, agentes de endemias e microscopistas;
- Que o Distrito priorize a contratação de profissionais indígenas de acordo com sua formação;
- Que os veículos dos polos transportem os pacientes aos locais de trabalhos dos pajés e rezadores com acompanhamento dos agentes indígenas;
- Que seja criado um polo base na comunidade Raimundão I, região Alto cauamé, no município de Alto alegre para atender as 04 comunidades indígenas;
- Que seja repassada as unidades básica de saúde (UBS) do município para SESAI, com a participação das lideranças indígenas;
- Que a prefeitura do município de Rorainópolis construa a casa de apoio para atender os pacientes e acompanhantes, incluindo alimentação aos indígenas da região wai wai;

-
- Que o distrito disponibilize estrutura adequada para atender as comunidades de difícil acesso, com compra de barcos equipados, combustível e pagamento de aeronave para deixar os materiais;
 - Que tenha políticas, programas e ações voltadas para valorizar os trabalhos dos benzedores, pajés, parteiras indígenas e curadores tradicionais;
 - Que seja feita a contratação de pessoal de apoio para as Unidades Básicas de Saúde - UBS;
 - Que cada polo base tenha uma ambulância específica para atender as demandas dos usuários das comunidades indígenas;
 - Que o Distrito leste de Roraima compre placa solar para atender as unidades básicas de saúde;
 - Que a SESAI viabilize a contratação de mais profissionais indígenas de saúde - Médicos, Odontólogo, Psicólogo, Nutricionistas, Técnicos de Enfermagem, Enfermeiros, contratação de pessoal de apoio para os serviços diversos (posto de saúde e UBS);
 - Que a Distrito não faça transferência dos profissionais sem consultar a região ou polo-base.
 - Que a emenda destinada pela deputada Federal Joenia seja devidamente aplicada conforme os planos exigidos pelas regiões;

IV. Gestão territorial e Meio Ambiente e Sustentabilidade

- O Governo Federal, Estado e do Município garanta recursos para apoiar e incentivar as ações de gestão e controle territorial dos povos indígenas dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) elaborados pelas comunidades da TI Jacamim, TI Raposa Serra do Sol no Centro Maturuca, e Polo Base Santa Cruz, TI Aningal, TI Serra da Moça, TI Manoá-Pium, TIs Boqueirão e TI Mangueira;
- Que o poder público assuma sua responsabilidade de controle do lixo, como construção de lixeiras, projeto de incineração, reciclagem do lixo e transporte de recolhimento de lixo tóxico, em acordo com as comunidades indígenas.
- Que seja garantido procedimentos de acesso ao crédito, coerente com a realidade socioeconômica das comunidades indígenas solicitantes, mediante acompanhamento técnico;
- Que SESAI e FUNAI viabilize parceria para estudos das águas dos principais rios Uraricoera, Itacutu, Rio Branco, Mucajái, Maú, surumu pois são as principais fontes de abastecimento das comunidades, tendo em vista a poluição pelo mercúrio oriundo dos garimpos ilegais;
- Que a EMBRAPA, CONAB em conjunto com as Lideranças indígenas discutam a aplicação dos recursos destinados pela emenda da Deputada Federal Joenia, de acordo com o planejamento pactuado nas assembleias;
- Que as emendas dos parlamentares estaduais e federais direcionadas as comunidades e regiões sejam discutidas em assembleias indígenas;
- Que a EMBRAPA faça assessoria para viabilidade de construção de um selo para os produtos indígenas;
- Que a ADERR capacite os técnicos indígenas sobre vacinação de rebanho bovino;
- Que a EMBRAPA em parceria com o IFRR e CIFCRSS estructurem um local para reprodução de alevinos para atender as comunidades das regiões;

V. Regularização fundiária das Terras Indígenas

- Que a FUNAI e IBAMA possa averiguar a situação entorno das terras indígenas que estão em eminência de invasão, como é o caso da TI Wai Wai, T.I Serra da Moça, T.I Jabuti, T.I Canaunim, sendo pressionado por lavouras de soja e assentamentos;
- Que o Governo respeite os nossos direitos a terra, demarcando os territórios indígenas de Arapúa, Anzol e Lago da Praia. Além disso que a FUNAI acompanhe todo o processos de demarcação;
- Que o MPF adote medidas judicias para garantir o direito ao território dos povos indígenas da T.I São Marcos, considerando proposta Legislativas que visa expandir a área da sede do município de Pacaraima é inconstitucional;

Diante do que apresentamos, solicitamos que o Estado brasileiro cumpra com seu papel na proteção, promoção e defesa dos nossos direitos de acordo com a Constituição Federal, as leis do país, os Tratados, Declarações e Convenções Internacionais.

Nenhum Direito a menos!

Centro Regional Lago Caracaranã/ 14 de março de 2020.

ABAIXO ASSINAMOS